



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 49-A, DE 2007 (Do Sr. Neilton Mulim)

Estabelece a obrigatoriedade da comunicação ao Congresso Nacional da situação dos imigrantes no Brasil e dos emigrantes brasileiros no exterior; tendo parecer da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, pela aprovação (relator: DEP. FRANCISCO RODRIGUES).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL; E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54, RICD)

APRECIAÇÃO:

Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional:

- parecer do relator
- parecer da Comissão

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei estabelece a obrigatoriedade da comunicação ao Congresso Nacional da situação dos imigrantes no Brasil e dos emigrantes brasileiros no exterior.

Art. 2º O Governo Federal deverá comunicar, através do Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Justiça, ao Congresso Nacional, a situação dos imigrantes no Brasil e dos brasileiros emigrantes no exterior.

§ 1º A comunicação deverá ser semestral e deverá conter, dentre outras as seguintes informações:

- I – número de brasileiros legais em cada país;
- II – número estimado de brasileiros ilegais em cada país;
- III – número de brasileiros presos por ingresso ilegal;
- IV – número de brasileiros presos por prática de crimes;
- V – número de imigrantes legais no Brasil;
- VI – número estimado de imigrantes ilegais no Brasil;
- VII – medidas políticas e legais para regularização e amparo aos imigrantes e emigrantes, tais como documentações, assistência jurídica e apoio a profissionalização;

§ 2º A comunicação deverá ser feita para a Câmara dos Deputados, através de sua Comissão de Relações Exteriores.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Há muitos anos temos assistido de forma passiva milhares de cidadãos brasileiros que deixam a nossa pátria em busca de melhores oportunidades de vida em todos os continentes do mundo. Esses deixam as suas famílias em busca do eldorado, na esperança de vencer na vida e um dia retornar a sua pátria querida e ao convívio dos seus entes queridos.

Ocorre que ingressam de forma ilegal em vários países e são explorados e submetidos a uma vida humilhante e indigna para qualquer ser humano. Muitos ainda estão vivendo numa situação de trabalho

escravo e outros são prisioneiros, não por terem praticado algum crime, mas sim somente por ingresso ilegal no país.

O Congresso Nacional não pode mais fechar os olhos a essa triste situação, faz-se necessário que a Câmara dos Deputados, através da Comissão que tem competência regimental dê um passo à frente no sentido de adotar as medidas necessárias, não somente em relação aos brasileiros emigrantes, mas também aos estrangeiros que se encontram em nosso país.

Temos a certeza que os nobres pares irão apoiar esta proposição e com a sua aprovação estaremos criando as condições legais e políticas para o estudo e apresentação de propostas concretas para a solução desse grave problema.

Sala das Sessões, em 06 de fevereiro de 2007.

DEPUTADO NEILTON MULIM

PR- RJ

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei de autoria do Nobre Deputado Neilton Mulim, que visa a estabelecer a obrigatoriedade da comunicação ao Congresso Nacional da situação dos imigrantes no Brasil e dos emigrantes brasileiros no exterior.

Nos termos do projeto, o Governo Federal, em particular o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Justiça, deverá comunicar semestralmente ao Congresso Nacional, por meio desta Comissão, a situação dos emigrantes brasileiros e imigrantes no Brasil, legais e ilegais, contendo dados estatísticos que especifica, bem como as medidas políticas e legais para regularização e amparo aos imigrantes e emigrantes, tais como documentações, assistência jurídica e apoio a profissionalização.

O autor alega que o Congresso Nacional precisa adotar medidas de modo a enfrentar a preocupante situação de milhares de brasileiros que

deixam o Brasil na busca de melhores oportunidades, ingressando em outros países, muitas vezes de forma ilegal, onde freqüentemente são submetidos a uma vida humilhante e indigna para qualquer ser humano, bem como a situação não menos preocupante dos imigrantes que se encontram em nosso país.

Durante o período regimental, nenhuma emenda foi apresentada ao projeto de lei em comento.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A situação dos emigrantes brasileiros tem despertado o interesse da nação brasileira, bastando lembrar que a matéria foi objeto de uma recente Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, a chamada CPMI da Emigração Ilegal.

Estima-se que há mais de 3 milhões de brasileiros vivendo no exterior, perto de um terço deles, na clandestinidade. Os destinos preferidos têm sido os Estados Unidos, Paraguai, Japão e Europa.

Esses brasileiros, que saem em busca de uma sorte melhor, têm sido muitas vezes submetidos a situações degradantes e tido seus direitos desrespeitados. São cidadãos que, na sua maioria, mantêm laços com familiares que aqui deixam, que respondem inclusive por uma significativa entrada de divisas, na esperança de um dia retornarem com uma poupança que lhes permita iniciar uma nova vida.

Os dados estatísticos e as recorrentes matérias na mídia revelam que o Parlamento brasileiro não pode ignorar essa situação, devendo adotar as ações legislativas cabíveis no sentido de garantir aos emigrantes brasileiros, bem como aos imigrantes que buscam o território nacional em busca de oportunidades, o respeito aos seus direitos.

Nesse sentido, o Relatório Final da CPMI da Emigração Ilegal sugeriu, dentre outras medidas, a aprovação de diversas proposições versando sobre a matéria em tramitação no Congresso Nacional. Já o ilustre Deputado Neilton Mulim, autor do presente projeto de lei, retoma iniciativa da legislatura passada por meio da qual pretende criar um mecanismo de monitoramento da situação dos

brasileiros no exterior, bem como das ações do Poder Executivo a respeito da matéria.

Trata-se de iniciativa pertinente que vem se somar a outras similares que tramitam nesta Casa, como os PLs 6861/06 e 5653/05, de autoria dos Nobres Deputados Luiz Carlos Hauly e Neucimar Fraga respectivamente. A norma intentada não caracteriza ingerência indevida nos assuntos do Poder Executivo, mas, antes, ao versar sobre acompanhamento de suas ações, coaduna-se com a prerrogativa do Congresso Nacional de exercício do controle externo, prescrito nos Arts. 70 e 71 da Constituição Federal.

Pode se discutir se o presente instrumento é o mais adequado, pois, da leitura dos incisos IV e VII do Art. 71 da Carta Magna, infere-se que o Congresso Nacional, ou qualquer uma de suas comissões, poderia simplesmente acionar o Tribunal de Contas da União, nos termos desses dispositivos, para a consecução de tal objetivo. Contudo, entendo que na apreciação desta proposição pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, essa discussão será devidamente encaminhada.

No que diz respeito a esta Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o projeto de lei em apreço encontra-se alinhado com o princípio constitucional da prevalência dos direitos humanos e atende aos pressupostos da proteção diplomática do Estado brasileiro a seus nacionais.

Feitas essas considerações, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei nº 49, de 2007.

Sala da Comissão, em 8 de maio de 2007.

Deputado Francisco Rodrigues
Relator

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada hoje, aprovou unanimemente o Projeto de Lei nº 49/2007, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Francisco Rodrigues.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Vieira da Cunha - Presidente, Marcondes Gadelha, José Mendonça Bezerra e Augusto Carvalho - Vice-Presidentes, Aldo Rebelo, André de Paula, Aracely de Paula, Átila Lins, Augusto Farias, Claudio Cajado, Dr. Rosinha, Eduardo Lopes, Fernando Gabeira, Flávio Bezerra, George Hilton, Íris de Araújo, Jair Bolsonaro, João Almeida, João Carlos Bacelar, Júlio Redecker, Laerte Bessa, Nilson Mourão, Raul Jungmann, Takayama, William Woo, Antonio Carlos Mendes Thame, Arnon Bezerra, Leonardo Monteiro, Luciana Genro e Marina Maggessi.

Plenário Franco Montoro, em 30 de maio de 2007.

Deputado VIEIRA DA CUNHA
Presidente

FIM DO DOCUMENTO